

M/LEGATE



Morison KSi
Independent member

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E
2019 ACOMPANHADAS DO
RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE**

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL



SÃOCAMILO

São Paulo, 22 de março de 2021.

À
BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL
Concórdia - SP

Prezados Senhores

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020 da **BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP033482/O-3



Assinado de forma digital
por VAGNER ALVES DE
LIRA:04095762802
Dados: 2021.03.29
13:06:56 -03'00'

Vagner Alves de Lira


CT CRC Nº 1SP222941/O-8 – S - SC

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL


Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2020 e 2019 Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Índice

	Páginas
Relatório da Administração	2
Relatório do Auditor Independente	5
Demonstrações Financeiras	
Balanco Patrimonial Ativo e Passivo	8-9
Demonstração do Resultado	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	13


 Beneficência Camiliana do Sul Balço Patrimonial Ativo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em Reais) CNPJ- 83.506.030/0001-00			
Contas	Nota	2020	2019
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		148.501.601,51	126.456.914,29
Disponível	3	2.811.742,31	1.764.188,83
Realizável		145.689.859,20	124.692.725,46
Aplicações Financeiras		102.317.894,19	88.559.150,41
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	3.1	24.127.321,51	26.548.282,53
Aplicações Livres	3.2	78.190.572,68	62.010.867,88
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2.2(c)	21.347.555,80	18.028.187,02
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		18.625.003,57	16.099.398,17
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		1.759.909,59	1.928.788,85
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		962.642,64	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	4	16.232.208,43	15.129.955,77
Bens e Títulos a Receber	5	5.754.727,21	2.928.515,79
Despesas Antecipadas		37.473,57	46.916,47
ATIVO NÃO CIRCULANTE		128.265.790,95	93.579.992,22
Realizável a Longo Prazo	6	2.233.863,20	2.230.562,24
Depósitos Judiciais e Fiscais		2.233.863,20	2.230.562,24
Imobilizado	7	125.305.539,27	90.660.699,85
Imóveis de Uso Próprio		34.371.418,92	31.710.586,55
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		19.189.004,51	17.228.361,85
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		15.182.414,41	14.482.224,70
Imobilizado de Uso Próprio	7 - A	31.326.772,64	25.483.589,27
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		29.901.665,89	24.268.262,46
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		1.425.106,75	1.215.326,81
Imobilizações em Curso	7 - A	58.069.489,57	31.859.079,20
Outras Imobilizações	7 - A	1.537.858,14	1.607.444,83
Intangível	7 - B	726.388,48	688.730,13
TOTAL DO ATIVO		276.767.392,46	220.036.906,51

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

 Beneficência Camiliana do Sul Balço Patrimonial Passivo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em Reais) CNPJ- 83.506.030/0001-00			
Contas	Nota	2020	2019
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		65.390.601,98	57.010.750,90
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	34.073.399,33	32.828.207,74
Provisões de Prêmios / Contraprestações		4.507.387,78	4.070.172,58
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	12 (b)	4.507.387,78	4.070.172,58
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	12 (c)	989.653,42	1.080.930,27
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	12 (a)	13.824.133,62	14.165.319,22
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	12 (d)	14.752.224,51	13.511.785,67
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.586.052,08	-
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	13	1.586.052,08	-
Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	14	11.961.469,17	8.198.894,09
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	2.273.557,28	2.019.386,45
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		231.952,55	48.304,31
Débitos Diversos	16	15.264.171,57	13.915.958,31
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.662.044,37	20.536.012,49
Provisões		21.472.044,37	19.388.333,80
Provisões para Demandas Judiciais	17	21.472.044,37	19.388.333,80
Débitos Diversos		1.190.000,00	1.147.678,69
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		188.714.746,11	142.490.143,12
Patrimônio Social		142.490.143,12	135.708.232,67
Superávit do Exercício		46.224.602,99	6.781.910,45
TOTAL DO PASSIVO		276.767.392,46	220.036.906,51

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



 Beneficência Camiliana do Sul Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em Reais) CNPJ- 83.506.030/0001-00			
Contas	Nota	2020	2019
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		169.659.696,51	159.006.956,85
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		169.659.696,51	159.006.956,85
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		169.571.573,21	159.006.956,85
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		88.123,30	0,00
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(124.263.945,39)	(133.373.316,17)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(123.023.506,55)	(132.823.640,00)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(1.240.438,84)	(549.676,17)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		45.395.751,12	25.633.640,68
Outras Receitas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde		2.030.455,57	2.243.739,70
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18	196.131.624,32	164.351.631,66
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)	18	48.194.402,68	59.981.092,03
Outras Receitas Operacionais	18	147.937.221,64	104.370.539,63
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(5.888.491,55)	(4.616.142,99)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(5.254.362,94)	(4.560.703,63)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(75.767,62)	0,00
Perdas Esperadas Sobre Créditos		(558.360,99)	(55.439,36)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	19	(178.438.006,61)	(170.230.994,99)
RESULTADO BRUTO		59.231.332,85	17.381.874,06
Despesas de Comercialização		(938.633,91)	(1.074.652,84)
Despesas Administrativas	20	(17.429.303,91)	(16.976.975,00)
Resultado Financeiro Líquido		5.352.587,35	7.223.982,15
Receitas Financeiras		6.540.331,06	8.586.354,16
Despesas Financeiras		(1.187.743,71)	(1.362.372,01)
Resultado Patrimonial		8.620,61	227.682,08
Receitas Patrimoniais		9.004,75	227.888,32
Despesas Patrimoniais		(384,14)	(206,24)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		46.224.602,99	6.781.910,45
SUPERÁVIT LÍQUIDO / SOBRAS LÍQUIDAS		46.224.602,99	6.781.910,45

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras





Beneficência Camiliana do Sul
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)
CNPJ - 83.506.030/0001-00

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
SALDOS EM 31/12/2018	121.570.505,60	14.137.727,07	135.708.232,67
Incorporação do Superávit do exercício anterior	14.137.727,07	(14.137.727,07)	-
Superávit do Exercício	-	6.781.910,45	6.781.910,45
SALDOS EM 31/12/2019	135.708.232,67	6.781.910,45	142.490.143,12
Incorporação do Superávit do exercício anterior	6.781.910,45	(6.781.910,45)	-
Superávit do Exercício	-	46.224.602,99	46.224.602,99
SALDOS EM 31/12/2020	142.490.143,12	46.224.602,99	188.714.746,11

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Beneficência Camiliana do Sul
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)
CNPJ - 83.506.030/0001-00

Método Direto

Contas	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	184.987.045,37	180.256.232,90
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	10.068.545,56	6.985.279,77
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.405.078,87	2.121.820,27
(+) Outros Recebimentos Operacionais	231.873.657,42	193.161.702,84
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(230.292.594,09)	(227.319.767,87)
(-) Pagamento de Comissões	(105.310,93)	(179.119,07)
(-) Pagamento de Pessoal	(66.100.926,41)	(62.709.672,47)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(17.573.561,80)	(14.263.363,11)
(-) Pagamento de Tributos	(3.731.830,28)	(3.968.075,76)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(2.126.148,75)	(4.616.283,76)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.365.338,99)	(1.393.116,84)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(2.462.145,72)	(1.965.721,26)
(-) Aplicações Financeiras	(23.651.066,60)	(7.309.471,27)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(38.919.385,39)	(32.345.539,72)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	42.006.018,26	26.454.904,65
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento por Aquisição de Ativo Imobilizado	(40.992.775,56)	(26.216.732,95)
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível	(149.337,46)	(264.527,25)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(41.142.113,02)	(26.481.260,20)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	227.853,36	0,00
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(44.205,12)	(225.192,52)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	183.648,24	(225.192,52)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.047.553,48	(251.548,07)
DEMONSTRADO COMO SEGUE:		
CAIXA – Saldo Inicial	1.764.188,83	2.015.736,90
CAIXA - Saldo Final	2.811.742,31	1.764.188,83
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.047.553,48	(251.548,07)
Ativos Livres no Início do Período (*)	63.775.056,71	63.837.398,59
Ativos Livres no Final do Período (*)	81.002.314,99	63.775.056,71
Aumento/(Diminuição) dos Recursos livres	17.227.258,28	(62.341,88)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

Obs: Demonstramos na nota explicativa nº 20 a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais, conforme determinado pela CPC 03 - item 20.A

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

CNPJ 83.506.030/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**, denominada simplesmente **BENEFICÊNCIA**, é uma associação civil de direito privado, de caráter confessional católico, filantrópica entidade beneficente de assistência social com atuação preponderante na área da saúde, de fins não lucrativos, apolítica, com sede e foro jurídico na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, é mantenedora de 8(oito) filiais (hospitais) sediados na região sul do país, possui atividade de operadora de plano de saúde na matriz e em 14(quatorze) filiais em diversas localidades do País. Está registrada como Operadora de Planos de Saúde junto a Agência Nacional de Saúde (ANS) sob o nº 31.829-9, e tem como finalidades estatutárias:

- I. Prestar assistência à Saúde a tantos quantos demandares os seus serviços, inclusive nas áreas de prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos;
- II. Desenvolver atividades educacionais, tanto na área religiosa como na área de Saúde, podendo para tanto fundar e manter estabelecimentos de Educação e de ensino nos moldes recomendados e preconizados no Título VIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a Ordem Social;
- III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias;
- IV. Prestar serviços de assistência social aos menores, aos adolescentes e a todos aqueles que necessitarem de amparo social;
- V. Organizar atividades que permitam a formação de profissionais que queiram dedicar-se à área da Saúde aprimorando a qualidade de recursos humanos especializados;
- VI. Apoiar instituições com objetivos afins, para promover atividades conjuntas em parceria, podendo manter intercâmbios educacionais, culturais, beneficentes e informativos;
- VII. Apoiar, promover e desenvolver cursos de capacitação atualização e aperfeiçoamento profissional, bem como ministrar cursos, palestras, congressos, seminários, simpósio, conferências, presenciais ou na modalidade digital, podendo comercializar e disponibilizar material didático e científico relacionado com sua área de atuação;
- VIII. Operar planos de saúde conforme legislação em vigor;
- IX. Desenvolver a Pastoral da Saúde, propiciando atenção integral a pessoa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e, também a ITG 2002 (R1) – Resolução 1409/2012, que preconiza critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi em 31 de janeiro de 2021.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada de outra forma em nota explicativa.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros que possam ser afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1. Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Entidade para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2. Passivos financeiros

A Entidade reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem valores em espécie, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, as aplicações estão divididas entre aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

As aplicações financeiras vinculadas condizem às provisões técnicas para garantir o pagamento dos Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), conforme determinado na Subseção III da Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 da ANS, para que as Operadoras de Plano de Saúde garantam financeiramente suas operações.

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e;

Garantidoras de provisões técnicas: Visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2017. Possuem, em sua maioria, cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde. A Provisão para Perdas Sobre Créditos (PPSC) é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber, constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento, e 90 dias para os demais casos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir sua realização.

e) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. As provisões para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas por um montante julgadas suficiente para eventuais perdas na realização dos referidos créditos.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados a valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Entidade avaliou os saldos e conclui que para as demonstrações financeiras de 2020 não há operações de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que necessitem ser ajustadas.

g) Imobilizado



g.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção mais a reavaliação, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis ao ativo necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. A reavaliação é para os grupos de terrenos, edificações e veículos. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com respectiva despesa lançada no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g.4 Avaliação do valor recuperável de ativos (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Entidade revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.



Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da entidade entende que não há a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

- **Provisão de prêmios ou contribuições não ganhas – PPCNG:** caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de receita de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.
- **Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS:** provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- **Provisão para eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais:** representado pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.
- **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** A operadora possui o montante apresentado no quadro de provisão técnica com base nos percentuais definidos pela ANS e reconhecida em montante integral.

i) Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.



j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis normalmente são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.



m) Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no Circulante, e as com prazos superiores, no Não Circulante.

n) Demonstração do superávit do exercício.

As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência.

o) Patrimônio Líquido

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

p) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes no exercício de 2020.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa Geral	22.150,00	21.850,00
Valores em Trânsito	272.151,08	557.546,59
Contas Correntes – Bancárias	2.517.441,23	1.184.792,24
	2.811.742,31	1.764.188,83

3.1. APLICAÇÃO GARANTIDORA DE PROVISÕES TÉCNICAS

	2020	2019
CDB Flex Empresarial - CEF	4.272.104,25	5.635.588,37
CAIXA FIC TOP REF DI LP	4.258.644,56	5.641.763,02
BB RF LP Dedic ANS	2.617.705,23	2.561.184,22
CAIXA FI Saúde Suplementar – ANS	12.978.867,47	12.709.746,92
	24.127.321,51	26.548.282,53



As aplicações garantidoras de provisões técnicas, estão substancialmente compostas, por aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

3.2. APLICAÇÕES LIVRES

	2020	2019
RDB/CDB Banco do Brasil	58.301,93	11.170,46
CDB Caixa Econômica Federal	2.128,79	137.414,73
BB Aplicação DI	5.035,20	1.013,42
RDC Sicoob Crediauc	132.950,84	129.514,05
CDB Flex Empresarial - CEF	31.732.581,23	18.869.438,64
Caixa FIC Giro Empresarial RF	127.334,44	240.561,35
Banco Contas Aplicações - Hospitais	46.132.240,25	42.621.755,23
Total	78.190.572,68	62.010.867,88

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2020	2019
Créditos com Pacientes Particulares e Convênios	9.483.623,15	9.746.254,45
Crédito Convênio Entidades Públicas	1.617.609,08	5.619.044,82
Créditos de Pacientes do SUS	6.848.048,43	7.013.266,79
(-) Perdas esperadas de créditos	(3.075.434,99)	(8.673.526,10)
Adiantamentos de Fornecedores	450.984,78	178.430,41
Adiantamentos Funcionários	551.233,04	607.725,69
Outras contas a Receber	356.144,94	638.759,71
Total	16.232.208,43	15.129.955,77

5. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2020	2019
Estoques	5.073.769,87	2.563.447,33
Outros Bens e Títulos a Receber	680.957,34	2.595.630,70
Total	5.754.727,21	5.159.078,03



6. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2020	2019
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	1.811.644,74	1.811.644,74
Depósitos Judiciais - Cíveis	334.492,21	248.806,42
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	87.726,25	170.111,08
Total	2.233.863,20	2.230.562,24

7. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Demonstrado como segue:

IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Taxa Depr.
Imóveis - Hospitalares					
Terrenos	7.413.338,18	700.000,00	-	8.113.338,18	-
Edificações	20.378.418,13	2.078.932,98	-	22.457.351,11	4%a.a.
Total Imóveis - Hospitalares	27.791.756,31	2.778.932,98	-	30.570.689,29	
(-) Depreciação acumulada	(10.563.394,46)	(818.290,32)	-	(11.381.684,78)	
Total Imóveis - Hospitalares - Líquido	17.228.361,85	1.960.642,66	-	19.189.004,51	

IMÓVEIS - NÃO HOSPITALARES	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Taxa Depr.
Terrenos	4.320.155,35	720.000,00	-	5.040.155,35	-
Edificações	14.105.040,57	555.180,38	-	14.660.220,95	4%a.a.
Total Imóveis - Não Hospitalares	18.425.195,92	1.275.180,38	-	19.700.376,30	
(-) Depreciação Acumulada	(3.942.971,22)	(574.990,67)	-	(4.517.961,89)	
Total Imóveis - Não Hospitalares Líquido	14.482.224,70	700.189,71	-	15.182.414,41	

TOTAL DE IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	31.710.586,55	2.660.832,37	-	34.371.418,92	
--	----------------------	---------------------	---	----------------------	--

IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Taxa Depr.
Instalações	1.466.789,29	351.222,55	(125.646,90)	1.692.364,94	10%a.a.
Máquinas e equipamentos	44.668.204,67	6.100.842,60	(333.390,00)	50.435.657,27	10%a.a.
Equipamentos de Proc. Eletrônico de Dados	4.034.224,75	515.700,31	(172.291,37)	4.377.633,69	20%a.a.
Móveis e utensílios	14.578.718,62	3.982.956,11	(202.732,34)	18.358.942,39	10%a.a.
Veículos	1.202.851,01	104.989,90	(28.114,00)	1.279.726,91	20%a.a.
Total Imobilizado Hospitalares	65.950.788,34	11.055.711,47	(862.174,61)	76.144.325,20	
(-) Depreciação acumulada	(41.682.525,88)	(5.149.686,53)	589.553,10	(46.242.659,31)	
Total Imobilizado Hospitalares Líquido	24.268.262,46	5.906.024,94	(272.621,51)	29.901.665,89	





SÃO CAMILO

NÃO HOSPITALARES	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Taxa Depr.
Instalações	286.000,79	-	-	286.000,79	10%a.a.
Máquinas e Equipamentos	1.094.344,17	100.877,71	(47.500,60)	1.147.721,28	10%a.a.
Equipamentos de Proc. Eletrônico de Dados	1.047.175,21	118.362,10	(155,90)	1.165.381,41	10%a.a.
Móveis e utensílios	1.230.706,65	147.508,46	(34.134,60)	1.344.080,51	10%a.a.
Veículos	569.176,43	231.521,00	-	800.697,43	20%a.a.
Total Imobilizado Não Hospitalares	4.227.403,25	598.269,27	(81.791,10)	4.743.881,42	
(-) Depreciação acumulada	(3.012.076,44)	(341.215,31)	34.517,08	(3.318.774,67)	
Total Imobilizado Não Hospitalares Líquido	1.215.326,81	939.484,58	47.274,02	1.425.106,75	
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO	25.483.589,27	6.163.078,90	319.895,53	31.326.772,64	

IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	31/12/2019	Adições	Baixas / Transf.	31/12/2020
Hospitalares				
Imóveis em construção	17.352.152,97	19.926.086,63	(753.223,87)	36.525.015,73
Outras imobilizações	8.885.497,03	7.325.940,61	(105.741,50)	16.105.696,14
Total Imobilizações em Curso Hospitalares	26.237.650,00	27.252.027,24	(858.965,37)	52.630.711,87
Não Hospitalares				
Imóveis em construção	5.621.429,20	1.092.528,88	(1.275.180,38)	5.438.777,70
Total de Imobilizações em Curso Não Hospitalares	5.621.429,20	1.092.528,88	(1.275.180,38)	5.438.777,70
Total de Imobilizações em Curso	31.859.079,20	28.344.556,12	(2.134.145,75)	58.069.489,57

OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	31/12/2019	Adições/ Transf.	Transf.	31/12/2020	Taxa Deprec.
Hospitalares					
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	-	2.396.044,81	-	2.396.044,81	-
Outras Imobilizações	2.377.808,01	18.236,80	(2.396.044,81)	-	10% a.a.
Total de Outras Imobilizações Hospitalares	2.377.808,01	2.414.281,61	(2.396.044,81)	2.396.044,81	
(-) Depreciação- Outras Imobilizações	(770.363,18)	(87.823,49)	-	(858.186,67)	
Total de Outras Imobilizações Hospitalares Líquido	1.607.444,83	2.326.458,12	2.396.044,81	1.537.858,14	

IMOBILIZADO TOTAL	90.660.699,85	39.494.925,51	4.850.086,09	125.305.539,27	
--------------------------	----------------------	----------------------	---------------------	-----------------------	--

b) Intangível

Intangível - Hospitalar	2019	Adições	Baixas	2020	Taxa Amortização
Direito de Uso	971.747,14	122.208,34	-	1.093.955,48	20% a.a.
Total	971.747,14	122.208,34	-	1.093.955,48	
Amortização Acumulada	(466.793,39)	(85.104,34)	-	(551.897,73)	
Intangível Líquido	504.953,75	37.104,00	-	542.057,75	

Intangível – Não Hospitalar	2019	Adições	Baixas	2020	Taxa Amortização
Direito de Uso	379.806,16	165.178,78	(138.049,66)	406.935,28	20% a.a.
Total	379.806,16	165.178,78	(138.049,66)	406.935,28	
Amortização Acumulada	(196.029,78)	(106.551,99)	79.977,22	-222.604,55	
Intangível Líquido	183.776,38	245.156,00	-244.601,65	184.330,73	

TOTAL DO INTANGÍVEL	688.730,13	282.260,00	(244.601,65)	726.388,48
----------------------------	-------------------	-------------------	---------------------	-------------------

8. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

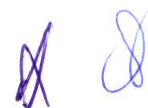
A Entidade mantém relatório de atividades que demonstram no exercício de 2020 o cumprimento do percentual acima do mínimo de 60% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia. A Entidade realizou, ainda, atendimentos à pacientes externos do SUS superior a 10,00%. De forma adicional, prestou serviços ao SUS em ações complementares de saúde, cumprindo o determinado pelo Artigo 4º da Lei 12.101, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE).

9. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A instituição é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria nº 382 - SAS/MS, de 20/03/2019, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 57, de 25/03/2019, com validade de 01/01/2019 a 31/12/2021.

10. GRATUIDADES: RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS

Representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral em caráter benevolente. A montante registrado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde - durante o exercício de 2020 no montante de R\$ 86.553.656,28 (em 2019 de R\$ 63.257.057,67).



11. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS USUFRUÍDAS

Em atendimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e a ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2015, são objeto de renúncia fiscal em razão da imunidade tributária preconizada no art. 150, inciso VI letra “C” e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988 os seguintes tributos em 2020: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; PIS sobre Faturamento; Imposto sobre Operações Financeiras; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Também as contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas são assim compostas:

Isenção Usufruída	2020	2019
INSS – Quota Patronal	17.077.861,49	16.741.239,38
COFINS	14.974.191,70	13.376.659,08
CSLL	4.685.368,49	1.667.113,69
Total	36.737.421,68	31.785.012,15

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a constituição de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. A Entidade está sujeita a apresentar Patrimônio Mínimo Ajustado, atualmente estimado em R\$ 561.961,09 e, apresenta em 2020, um patrimônio social ajustado de R\$ 187.950.884,06 e sua margem de solvência total é de R\$ 36.159.224,72.

A diversificação de ativos garantidores dessas provisões corresponde às aplicações atendendo aos critérios estabelecidos pela Resolução da ANS. A aplicação financeira está lastreada no segmento de renda detalhado na nota explicativa nº 3.1, com o saldo de R\$ 24.127.321,51 como ativos garantidores referente a aplicação financeira e o valor de R\$ 7.945.815,75 referente a um imóvel (edificação e terreno) que passou a ser vinculado a ANS a partir de janeiro de 2020.

O saldo de provisões técnicas de operações de assistência à saúde representa:

Passivo Circulante	2020	2019
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (a)	13.824.133,62	14.165.319,22
Provisões de Prêmios/Contraprestação não ganha – PPCNG (b)	4.507.387,78	4.070.172,58
Provisão Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (c)	989.653,42	1.080.930,27
Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA (d)	14.752.224,51	13.511.785,67
	34.073.399,33	32.828.207,74

- (a) **Provisão de eventos/sinistros a liquidar:** Representa valores relativos à prestação de serviços médicos credenciados efetuados para a Entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS. Os valores dos eventos indenizáveis são registrados na data em que o prestador entra em contato com a operadora, em conformidade a Resolução Normativa - RN N° 393, de 9 de dezembro de 2015.

A composição por vencimento do saldo da provisão de eventos/sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2020 é conforme segue:

	2020	2019
Em Aberto há 60 dias	11.740.930,19	11.266.559,81
Em Aberto há mais 60 dias	2.083.203,43	2.898.759,41
Total	13.824.133,62	14.165.319,22

- (b) **Provisões de Prêmios/Contraprestação não ganha – PPCNG:** constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores. Em 2019 contempla também a Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha – PPCNG, que foi identificada a contabilizada separadamente em 2020, conforme demonstrado na nota 13.
- (c) **Provisão Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS:** Nesta conta são registrados os valores de provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS e esses valores são registrados através dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABI, cadastrados no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que por sua vez indica o saldo a ser provisionado a pagar pelo plano de saúde.
- (d) **Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA:** Registrada no Passivo Circulante, é destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e não avisados. A operadora possui o montante apresentado no quadro de provisões técnicas com base nos percentuais definidos pela ANS, através da Resolução Normativa – RN n° 160/2007 e alterações posteriores, reconhecida em montante integral.

Quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar conforme determinação da ANS RN 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2020 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE n° 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos individuais/familiares pós Lei 9.656/1998

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Total
Rede própria	11.394.131,31	5.091.359,46	202.257,84	5.620.001,05	1.293.810,04	23.601.559,70
Rede contratada	-	23.333.156,83	4.290.806,53	31.364.720,90	-	58.988.684,26
Total geral	11.394.131,31	28.424.516,29	4.493.064,37	36.984.721,95	1.293.810,04	82.590.243,96

A Entidade registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

13. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA/PRÊMIOS RECEBIDOS ANTECIPADAMENTE

	2020	2019
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Assistência Médica		-
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Individual	1.022.086,09	-
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Coletivo	461.791,00	-
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Copart	102.174,99	-
Total de Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Assistência Médica	1.586.052,08	-

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAÚDE DA OPERADORA

	2020	2019
Prestadores de Serviços de Saúde	9.751.425,99	6.090.207,76
Outras Obrigações	2.210.043,18	2.108.686,33
Total	11.961.469,17	8.198.894,09

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
INSS	46.655,59	43.313,95
FGTS	64.698,02	64.145,82
Outras obrigações e retenções a recolher	2.162.203,67	1.911.926,68
Total	2.273.557,28	2.019.386,45

16. DÉBITOS DIVERSOS

	2020	2019
Salários a pagar	3.557.177,31	3.285.167,96
Provisão de férias e encargos	828.407,97	841.510,69
Provisões Trabalhista nos hospitais	4.512.096,72	4.241.519,87
Fornecedores	6.026.698,52	5.270.001,83
Outros Débitos a Pagar	339.791,05	277.757,96
Total	15.264.171,57	13.915.958,31

17. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão. Em 2020, foi efetuado o complemento de provisão no montante de R\$ 2.083.710,57, totalizando o valor de R\$ 21.472.044,37, sendo dividida por esfera jurídica como segue:

	2020	2019
Tributária	495.669,15	-
Civil	15.574.102,26	16.641.683,37
Trabalhista	5.402.272,96	2.746.650,43
	21.472.044,37	19.388.333,80

18. TOTAL DE RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2020	2019
Receitas Operacionais com o Serviço Único de Saúde		
Receita SUS - Pacientes Internados	21.887.122,82	20.553.285,67
Receita SUS - Pacientes Externos	14.880.498,98	33.890.781,63
Receita SUS - Incentivo a Contratualização - IAC	11.278.067,16	5.390.717,16
Receita SUS - Integrasus	148.713,72	177.768,30
Receitas Operacionais com o Serviço Único de Saúde	48.194.402,68	60.012.552,76
(-) Dedução de Receitas com o SUS	-	(31.460,73)
TOTAL DE RECEITA COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (SUS)	48.194.402,68	59.981.092,03

	2020	2019
Receitas com Prestação de Serviços - Hospitais		
Receitas Particulares - Internos	7.491.379,37	8.087.902,09
Receitas de Convênios - Externos	10.116.081,12	10.378.300,73
Receita Convênios Pacientes Internados (Plano/OPS)	40.996.816,95	41.692.166,79
Receita Convênio Pacientes Externos (Plano/OPS)	49.354.485,51	30.337.563,71
Receita Convênio Entid. de Governo (Fed., Est., Munic.)	11.330.167,69	11.107.264,94
(-) Glosa de Convênios	(636.671,75)	(1.644.722,79)
Sub-Total – Receitas com prestação de serviços - hospitais	118.652.258,89	99.958.475,47
Outras Receitas Operacionais - Hospitais		
Gratuidade Custo	86.553.656,28	63.257.057,67
(-) Gratuidade Isenção	(86.553.656,28)	(63.257.057,67)
Serviço Voluntário	16.503,19	15.469,59
Doações	2.422.336,52	715.970,02
Subvenção	25.423.302,78	286.399,37
Outras Receitas Operacionais	1.422.820,26	3.394.225,18
SUB-TOTAL TOTAL DE OUTRAS RECEITAS- HOSPITAIS	29.284.962,75	4.412.064,16
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - HOSPITAIS	147.937.221,64	104.370.539,63
TOTAL DE RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA	196.131.624,32	164.351.631,66

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2020	2019
Ordenados e Encargos Sociais	(46.408.638,54)	(45.154.365,33)
Serviços de terceiros	(66.830.509,96)	(59.625.526,32)
Materiais e Medicamentos	(34.684.913,27)	(31.350.927,81)
Despesas Gerais	(29.222.690,12)	(31.171.285,98)
Impostos e Contribuições	(169.872,06)	(233.728,76)
Outras despesas operacionais	(1.104.879,44)	(2.679.691,20)
Serviço Voluntário	(16.503,19)	(15.469,59)
Contribuição Previdenciária patronal - Custo	17.077.861,49	16.741.239,38
(-) Contribuição Previdenciária Patronal - Isenção	(17.077.861,49)	(16.741.239,38)
Cofins - Custo	14.974.191,70	13.376.659,08
(-) Cofins Isenção	(14.974.191,70)	(13.376.659,08)
CSLL - Custo	4.685.368,49	1.667.113,69
CSLL - Isenção	(4.685.368,49)	(1.667.113,69)
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA	(178.438.006,58)	(170.230.994,99)

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Despesas com Pessoal Próprio	(8.053.532,35)	(7.445.837,73)
Despesas com Serviços de Terceiros	(2.287.163,67)	(2.184.132,32)
Despesas com Localização e Funcionamento	(3.811.768,46)	(3.834.774,18)
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	(1.913.379,03)	(1.783.646,22)
Despesas om Tributos	(137.185,69)	(42.251,82)
Despesas com Multas Administrativas	(250.560,08)	(212.131,50)
Despesas Administrativas Diversas	(975.714,63)	(1.474.201,23)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(17.429.303,91)	(16.976.975,00)

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Superávit acumulado

O superávit acumulado em 2020 de R\$ 46.224.602,99 deve ser destinado ao patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária da Entidade.

22. CONCILIAÇÃO ENTRE SUPERÁVIT LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração Dos Fluxos De Caixa, apresentamos abaixo a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. **Fundamentação: CPC 03 (R2) - Item 20.A**, a seguir:

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020	2019
Resultado líquido	46.224.602,99	6.781.910,45
Ajustes para conciliar o caixa		
Depreciação e amortização	6.459.615,25	6.577.253,40
Provisões de Prêmios / Contraprestações	437.215,20	259.501,05
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	1.240.438,84	549.676,17
Provisões para demandas judiciais	2.083.710,57	1.197.011,79
Resultado Líquido Ajustado	56.445.582,85	15.365.352,86
Variações nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras	(13.758.743,78)	(537.003,35)
Créditos de operações com planos de saúde de assistência à saúde	(3.319.368,78)	(1.038.634,10)
Créditos de operações. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(1.102.252,66)	10.146.311,51
Bens e Títulos a Receber	(595.649,18)	(2.027.061,53)
Despesas Antecipadas	9.442,90	(2.706,31)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(2.233.863,20)	-
Variações nos passivos operacionais		
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	(91.276,85)	208.030,99
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	(341.185,60)	1.244.621,75
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	1.586.052,08	-
Débitos com Operações. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	3.762.575,08	1.097.416,46
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	254.170,83	94.331,56
Débitos Diversos	1.348.213,26	800.892,14
Débitos Diversos	42.321,31	1.103.352,67
Caixa líquido das atividades operacionais	41.630.221,65	26.060.940,74

23. SERVIÇO VOLUNTÁRIO

De acordo com a Resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade sobre divulgação do trabalho voluntário, inclusive, quando for o caso, de membros integrantes dos órgãos da administração e conselheiros, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.





Os serviços voluntários obtidos foram reconhecidos pelo valor justo da prestação, estimado como base na tabela de remuneração praticada pela entidade.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém ativos e passivos financeiros, como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e empréstimos e financiamentos. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios.

Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, riscos de realização de contas a receber e riscos de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras, sistemas de controles internos e programas de prevenção à saúde para seus usuários de plano de saúde.

A Entidade encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. COMPROMISSOS

No encerramento do período de 2020 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

28. EFEITOS DA PANDEMIA

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi declarada como um surto pandêmico pela mesma Organização.

Desde março de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros esperado é o de retração dos Produto Interno Bruto - PIB da maioria dos países. No Brasil é projetada uma retração de 4,41% em seu PIB, conforme boletim Focus do Banco Central do Brasil.

No Brasil, mercado onde a Beneficência Camiliana do Sul opera, as medidas de restrição contaram com fechamento de parte do comércio e serviços considerados não essenciais. Dado este cenário, a Administração estabeleceu processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação da situação, alinhado com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

Cuidado com os colaboradores:

Adoção de teletrabalho (home office) para parte dos colaboradores administrativos, inclusive pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco, adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

Para além de incremento e massificação de ações práticas relativas a orientação, informação, treinamentos respeitando as medidas de segurança, e conscientização relativos a comportamentos preventivos contra a crise sanitária. Adoção frequente de peças de endomarketing aliadas a rígido monitoramento do uso de equipamentos de proteção individual e coletiva. Ações efetivas e rápidas do SESMT/SESTR, Serviço Social e Psicologia Organizacional, acolhendo, cuidando e encaminhando a colaboradores e familiares, com assistências médicas, sociais, previdenciárias e trabalhistas.

Adicionalmente, para garantir a segurança da informação nos sistemas e ambiente de rede, dada a adoção de teletrabalho, foi monitorado os riscos de acessos não permitidos e coleta de dados, definindo e implementando ações para mitigá-los.

Por suas atividades operacionais ser da área de saúde, nesse período ela continuou a operar normalmente, também com todos os protocolos necessários aos profissionais da saúde.

Impactos econômico-financeiros - prestação de serviço considerado essencial:

As atividades da Beneficência Camiliana do Sul é considerada essencial, portanto, nesse período ela continuou a operar normalmente e possui, nesse momento, condição financeira suficiente para atravessar a crise decorrente da pandemia.

A Beneficência Camiliana do Sul recebeu em suas unidades hospitalares recursos públicos provenientes da Lei 13.995, de 05 de março de 2020, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.

Quanto a atividade de Plano de Saúde houve em suas unidades uma baixa na sinistralidade, da média prevista de 81,02% para uma efetiva 75,29%, impactando no resultado de suas atividades.



Osmar Eugênio Penso
Superintendente
CRA- SC 31066

OSMAR EUGÊNIO PENSO
CPF: 585.076.559-04
Superintendente Regional



LEOCIR A. CREMONINI
CPF: 897.968.539-49
Contador CRC/SC – 19.394/0-5
Responsável Técnico